

## Política

As donas de casa mineiras já estão recolhendo assinaturas contra os abusos nos salários dos políticos. Os deputados estaduais mineiros congelaram os vencimentos, mas os do Paraná aumentaram.

# Donas de casa vão à luta contra supersalários

A campanha para limitar os vencimentos de deputados federais e senadores em 20 salários mínimos (Cr\$ 73.481,00) ganhou adesão das donas de casa de Minas. Em apenas três dias elas conseguiram colher, somente em Belo Horizonte, mais de três mil assinaturas ao projeto de lei que será enviado ao Congresso. Para tanto, são necessárias 820 mil assinaturas. A campanha se estendeu por 17 Estados e mais de 600 mil adesões já foram conseguidas. O projeto é iniciativa do professor Marcos Peixoto e seus alunos da FMU. Em São Paulo, as listas utilizadas para o recolhimento de assinaturas podem ser encontradas na rua Capote Valente, 487, 9º andar, em Pinheiros. Os interessados também podem ligar para 852-6281 para obter informações.

A presidente do movimento das donas de casa mineiras, Lúcia Pacífico Homem, estava eufórica ontem com a receptividade que a campanha conseguiu no Estado. "Não há uma só pessoa que não queira participar", dizia ela, que pretende a partir de hoje iniciar a coleta de assinaturas em 23 municípios mineiros, onde o movimento das donas de casa está organizado. O que chamou a atenção de

Lúcia foi o grande número de jovens entre 16 e 18 anos que aderiu à campanha.

O Sul de Minas também decidiu entrar na campanha para baixar os salários dos políticos. O escritório do professor de Direito Francisco Ribeiro Magalhães, em **Santa Rita do Sapucaí**, está centralizando a coleta das assinatu-

ras. "Já temos mais de doze mil assinaturas", diz o professor Magalhães, que aos 59 anos de idade é com seis pontes de safena decidiu coordenar a campanha em sua região.

### Estaduais

Também em Minas, uma surpresa: os deputados estaduais,

pródigos em artifícios para aumentar seus vencimentos, decidiram manter congelados os Cr\$ 462 mil que receberam em março. O exemplo não foi seguido pelos deputados estaduais do **Paraná**, que se concederam um aumento de 75% em abril, passando a receber um salário bruto de Cr\$ 693.851,00. Cada um deles ainda

teve direito a Cr\$ 15 mil a título de resíduo do mês anterior, por conta do reajuste das tarifas públicas, como telefone, passagens aéreas e correios, benefícios a que eles têm direito durante o mandato.

Aumento também foi notícia na cidade paulista de Valinhos: os funcionários da Prefeitura local receberam anteontem os salários

com um reajuste de 21,5% — agora o menor salário dos servidores do município é de Cr\$ 40 mil. E, em Teresina, Piauí, os vereadores locais aprovaram aumento, mas de trabalho: acham que estão trabalhando pouco e, por isso, passarão a realizar sessões do dia 1º ao último de cada mês.